



Trabalhos Preparatórios para a Elaboração de uma Lei da Qualidade, Inovação, Competitividade e Empreendedorismo

Francisco Maria Balsemão

ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários



Contexto económico-financeiro



Década perdida

- O crédito fácil e as taxas de juro baixas alimentaram a procura interna, levando o Estado, as empresas e as famílias a endividarem-se muito para lá do que seria recomendável.
- Abertura da economia mundial a um dos principais concorrentes das exportações portuguesas, a China, e o alargamento da União Europeia a Leste.



Medidas de austeridade

- Se de facto são indispensáveis para sanear as finanças públicas, também é verdade que existe o risco de um estrangulamento da atividade económica.
- O crescimento económico é a única solução para a crise em que nos encontramos.
- Adoção de estratégias exportadoras e de internacionalização.



Ganhar competitividade

- As empresas portuguesas devem subir na cadeia de valor. Isto significa incorporar inovação nos seus processos de fabrico, comercializar bens e serviços de elevada intensidade tecnológica, adotar modelos de gestão modernos, valorizar o capital humano e apostar em elementos diferenciadores .



Empreendedorismo em Portugal



51 novos negócios

- Em 2011 foram criadas em Portugal 33.040 novas empresas.
- Quanto a insolvências, em 2011 desapareceram 32.989 empresas em Portugal.



Global Entrepreneurship Monitor

- Segundo o GEM (Global Entrepreneurship Monitor) Portugal 2010, o nosso país registou, nesse ano, uma taxa de atividade empreendedora de 4,5%, o que significa que existem 4 a 5 empreendedores early-stage (envolvidos em start-ups ou na gestão de novos negócios) por cada 100 indivíduos em idade adulta.
- Ainda de acordo com o GEM Portugal 2010, a faixa etária onde se registou, nesse ano, a maior Taxa TEA (Taxa de Empreendedores em Estágio Inicial) foi a que compreende as idades entre os 25 e os 34 anos (6,7%).
- Quanto às motivações para a criação de negócios, 56,3% dos empreendedores early-stage criaram um negócio motivados pela oportunidade, 31,1% motivados pela necessidade e 12,6% alegaram que a mistura de motivos está na origem da criação do negócio.



Empreendedorismo e Emprego

- O empreendedorismo é, em muitos casos, a alternativa mais expedita para encontrar emprego, quer por trabalhadores pouco qualificados, quer por quadros especializados que a economia portuguesa já não consegue absorver totalmente.
- O empreendedorismo é fundamental para contrabalançar os postos de trabalho perdidos e fomentar a integração, a mobilidade e a valorização laborais.
- Há janelas de oportunidade que podem ser abertas pelos nossos jovens qualificados, aproveitando os incentivos comunitários e públicos ao empreendedorismo, bem como as condições que as associações empresariais, universidades e instituições de apoio empresarial estão a dar para a criação de start-ups.



Propostas ANJE



Aposta no empreendedorismo

- Uma verdadeira aposta no empreendedorismo. É necessário evoluir para um paradigma económico baseado, já não na procura, mas sim na oferta. Ou seja, no aumento de bens e serviços que possam ser vendidos tanto no mercado interno como sobretudo no mercado externo.
- Tendo em conta esta premissa, o empreendedorismo afigura-se como um instrumento decisivo para a desejável mudança de paradigma, na medida em que gera investimento, produz riqueza, cria postos de trabalho, renova o tecido empresarial (novos negócios, novos empresários), atrai capitais externos e aumenta a confiança dos agentes económicos.
- Por outro lado, os grandes exemplos de inovação surgem normalmente associados a projetos de empreendedorismo na área da economia do conhecimento.



Sistemas de incentivos

- A criação de um novo enquadramento para os sistemas de incentivo a jovens empreendedores. Neste âmbito, a ANJE defende a necessidade do financiamento público abarcar despesas elegíveis imputáveis desde a formulação da ideia empresarial à sua concretização efetiva, passando ainda pela elaboração do respetivo plano de negócios.
- Sabendo que na nossa sociedade o espírito empreendedor é ainda ténue, faz todo o sentido não criar obstáculos logo a partir da ideia de negócio. O apoio financeiro deve, pois, ser conferido num estágio inicial, para não matar à nascença a pulsão empreendedora de muitos dos nossos jovens.



Criação próprio emprego

- Reforço dos apoios à criação do próprio emprego através de projetos de empreendedorismo, nomeadamente dinamizando o microcrédito e oferecendo programas de consultoria técnica às microempresas.



Sistema fiscal

- Um sistema fiscal mais simples, justo e competitivo. Embora não haja grande folga orçamental para incentivos fiscais, não será descabido pensar numa redução de IRC para empresas exportadoras que invistam os lucros obtidos e para novos negócios (pois não penaliza a base contributiva).
- O setor exportador precisa de ser apoiado e os seus projetos de investimento desbloqueados o mais rapidamente possível, pois o único fator de crescimento que se perfila no nosso horizonte é o aumento das vendas ao exterior.



Taxa Social Única

- A redução da Taxa Social Única das empresas. Esta medida proporcionaria um abaixamento dos custos das empresas, o que naturalmente teria repercussões no preço dos bens e serviços nacionais, reforçando assim a sua competitividade não só interna mas sobretudo externa.
- Por conseguinte, uma iniciativa desta natureza contribuiria para o acréscimo de vendas ao exterior e para ganhos de quota de mercado – condições essenciais para reduzir o défice externo português e, deste modo, atenuar o desequilíbrio das nossas contas públicas.



Pagamento Especial por Conta

- Em matéria fiscal, e não obstante a pouca folga orçamental, a ANJE continua a preconizar o fim do Pagamento Especial por Conta.
- Este instrumento tributário incide sobre um rendimento presumido das empresas e não sobre o seu rendimento real, o que dá azo a situações de injustiça fiscal e contribui para a asfixia financeira das PME.
- Em nossa opinião, a tributação em sede de IRC deve ter apenas por base o rendimento efetivo das empresas.



Reforma da Administração Pública

- A reforma da Administração Pública. A ausência de uma estratégia de racionalização e otimização dos serviços públicos tem penalizado o investimento privado, mantendo-se ainda hoje uma teia burocrática que tolhe quem quer criar e desenvolver os seus negócios.
- A emergência de áreas de negócio high tech/high growth veio ainda gerar mais entropia na Administração Pública, uma vez que esta não se encontra preparada para as novas realidades empresariais.



Tribunais de Comércio

- A criação de mais Tribunais de Comércio (existem apenas dois), de forma a cobrir todo o território nacional e não apenas as duas principais áreas metropolitanas do país.
- Além disso, é indispensável melhorar as condições de trabalho e aumentar os meios humanos desses tribunais, designadamente contratando assessores especializados na área económico-financeira.
- Deste modo, pensamos ser possível reduzir o tempo de resolução de processos relacionados com a atividade empresarial e, conseqüentemente, eliminar um fator de distorção da liberdade de mercado.
- Muitos empreendedores acabam por soçobrar perante a lentidão da Justiça, circunstância responsável pelo penoso arrastar de processos por vezes cruciais para a expansão e até sobrevivência das empresas.



Sector Bancário

- A criação de mecanismos que permitam que a banca funcione, cabalmente, como instrumento de promoção e respaldo do investimento na economia real.
- O subfinanciamento do tecido empresarial é uma evidência e, no atual contexto mundial, a banca é mais seletiva e severa na concessão de crédito, o que prejudica sobretudo as micro e pequenas empresas.



Mercado laboral

- A flexibilização do mercado laboral. Com uma reforma deste âmbito poderia estimular-se o investimento privado, promover a contratação de jovens qualificados, fomentar a mobilidade dos trabalhadores, incentivar o mérito profissional e conferir às empresas maior capacidade de ajustamento às crises.



Empreendedorismo nas escolas

- A introdução do empreendedorismo nos currículos escolares dos diferentes graus de ensino, de forma a transmitir aos estudantes portugueses competências que lhes permitam desenvolver uma maior predisposição para o risco empresarial.
- Isto porque o empreendedorismo constitui um instrumento de emancipação juvenil, quer pela rápida integração no mercado de trabalho que pode proporcionar, quer pelo amadurecimento de ideias e pela experiência vivencial que lhe está subjacente.



Alteração do padrão exportador do país

- A alteração do padrão exportador do país. Isto significa, por exemplo, um aumento da intensidade tecnológica das exportações portuguesas, tendo em vista a conquista de quota de mercado nos setores de alta tecnologia e de tecnologia média/alta que, como sabemos, são menos vulneráveis à concorrência global.
- Ou seja, Portugal tem de substituir, paulatinamente, a exportação de produtos/serviços de baixo valor acrescentado por vendas para o exterior de produtos/serviços situados no topo da cadeia de valor e caracterizados por uma maior sofisticação tecnológica.
- Tal não pressupõe, contudo, uma desvalorização dos setores ditos tradicionais, pois também neles se pode incorporar valor, como, de resto, está a suceder, por exemplo, no têxtil, no calçado ou na cortiça.



Alargamento do nº de empresas exportadoras

- O alargamento do número de empresas exportadoras, bem como a diversificação dos seus mercados de destino.
- As nossas empresas têm de encontrar mercados alternativos aos tradicionais, pois estes apresentam ritmos de crescimento mais lentos.
- Daí que as exportações devam crescer, sobretudo, em mercados onde se verifica uma maior expansão económica, como os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) ou os países africanos lusófonos (sobretudo Angola, Moçambique e Cabo Verde), para atenuar o peso importador da Europa comunitária e dos EUA.
- De resto, está a suceder, por exemplo, no têxtil, no calçado ou na cortiça.



Apoios à exportação e à internacionalização

- Facilitação dos investimentos nos setores de bens transacionáveis.
- Reforço do apoio aos seguros de crédito comercial, através de garantia pública.
- Criação de linhas de crédito com garantia pública para países fora da EU.
- Agilização dos sistemas de incentivo do QREN.
- Apoios à criação e desenvolvimento de empresas inovadoras orientadas para os mercados de exportação, conjugando incentivos públicos com mecanismos de capital de risco.
- Implementação de uma campanha de promoção externa da manufatura portuguesa, que é rica em produtos diferenciados e com potencial competitivo.



Regras do Programa COMPETE

- Reformular as regras do Programa COMPETE (Fatores de Competitividade), de forma a torná-lo menos seletivo sem sacrificar o rigor na avaliação dos projetos a financiar.
- O COMPETE deve ser, portanto, um programa de banda-larga, passando assim a abarcar apoios aos setores de bens não transacionáveis e a projetos de maior risco, maior dificuldade de avaliação e menor experiência dos seus promotores.
- O COMPETE não deve continuar a financiar a reforma da Administração Pública, desviando deste modo verbas importantes para o crescimento do tecido empresarial.
- Por outro lado, devem ser simplificados os sistemas de apoio à internacionalização no âmbito do COMPETE.



Alargamento do programa INOV Contacto

- Alargamento do programa INOV Contacto, com financiamento de verbas do QREN.
- Esse alargamento far-se-ia no sentido de direcionar os estágios internacionais dos jovens para áreas de interesse das empresas portuguesas, criando assim uma ligação estreita entre recursos qualificados e o setor exportador.
- Durante 12 a 24 meses, os jovens licenciados estagiários iriam trabalhar em função dos interesses das empresas portuguesas nos mercados externos, contribuindo assim com o seu conhecimento especializado para ganhos de competitividade do nosso tecido empresarial.
- Esses jovens possibilitariam às empresas portuguesas uma maior intervenção no topo da cadeia de valor, bem como um conhecimento mais próximo do consumidor final no exterior.
- Uma vez concluídos os estágios, esses jovens altamente qualificados poderão ser recrutados pelas empresas portuguesas com as quais estabeleceram ligações ou desenvolverem os seus próprios projetos de empreendedorismo.



e...

- A implementação de medidas específicas para facilitar o financiamento de processos de reestruturação acionista das empresas, através de operações de management buy-out (MBO) ou de management buy-in (MBI).
- Por outro lado, devem ser promovidas as fusões e consórcios entre empresas.
- Combate à fraude, à evasão fiscal e à economia informal valorizando a faturação.
- Desenvolvimento de uma campanha de sensibilização para a compra de produtos nacionais e alterações na política de compras do Estado, de modo a que, sem violar as regras da concorrência, as aquisições públicas privilegiem o que é português.
- Revisão da iniciativa "Licenciamento Zero", de forma a alargar o leque de situações abrangidas.
- Mais diplomacia económica em articulação com a AICEP.



Obrigado.